

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.812 - RJ
(2018/0144165-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : DENILSON DE SOUSA CRUZ
ADVOGADO : MAURO MARQUES RAMOS - RJ119048
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por **Denilson de Sousa Cruz** contra o acórdão às fls. 56/59, proferido pela maioria do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e resumido pela seguinte ementa:

Mandado de segurança contra ato do Chefe do Poder Executivo. Demissão de Oficial da Polícia Militar em decorrência de processo administrativo disciplinar (Conselho de Justificação) decidido, em último grau, por esta mesma Corte, através de sua Seção Criminal, na forma do art. 13, inciso V, da Lei Estadual nº 427/81. Peça de impetração que se baseia, exclusivamente, na alegação de prescrição da apuração disciplinar, haja vista que o caput do art. 17 da Lei Estadual nº 427/81 estabelece o prazo prescricional de seis anos, a contar da prática do ato. Pretensão improsperável. Fundamento jurídico equivocado. O parágrafo único do mesmo artigo de lei ressalva que "os casos também previstos no Código Penal Militar como crime prescrevem nos prazos nele estabelecidos". Tendo o impetrante respondido pelo crime militar de corrupção passiva (art. 308 CPM), a extinção da punibilidade disciplinar só se daria no prazo de 12 anos previsto no art. 125, inciso IV, do mesmo Código. Entre a prática da infração disciplinar (abril de 2007) e a publicação do ato demissório (setembro de 2016), transcorreram nove anos. É razoável e conforme à proporcionalidade das sanções jurídicas que a punição administrativa não se extinga em prazo menor que o da prescrição criminal. Denegação da segurança. (fl. 56).

O impetrante, na peça vestibular, alegou a prescrição intercorrente do caso concreto, à luz do que dispõe o caput do art. 17 da Lei Estadual n. 427/1981, por entender que "*passaram sete anos da abertura do procedimento até a publicação do acórdão*" (fl. 9).

Superior Tribunal de Justiça

Já nas razões do recurso ordinário, fls. 110/117, argumenta que, "*no que tange às infrações administrativas que se configuram também como crime comum, como na hipótese dos autos, infere-se que a Lei nº 427/1981 não fez nenhuma ressalva quanto ao prazo prescricional a ser observado. Desse modo, deve ser aplicado o prazo prescricional de 06 anos previsto no caput do artigo 17 que, por sua vez, fluirá sem a incidência de qualquer marco interruptivo, tendo em vista a ausência de previsão de causas de interrupção da prescrição no referido diploma legal*" (fl. 114).

Requer, por isso, o provimento do presente apelo e a concessão da segurança, para que seja declarada a prescrição da pretensão punitiva Estatal e consequentemente reintegrado o recorrente às fileiras da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro apresentou contrarrazões às fls. 124/128, pelas quais defende a manutenção do acórdão recorrido por sua própria fundamentação.

O Ministério Público Federal, pela Procuradora Regional no exercício da função de Subprocurador-Geral da República Mônica Campos de Ré, manifestou-se pelo não provimento do presente recurso, consoante o parecer às fls. 183/187, assim ementado:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR. DEMISSÃO. CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO. CONDOTA TIPIFICADA COMO CRIME. PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR. AUSÊNCIA DE NULIDADE DO ATO COATOR. - Parecer pelo desprovimento do recurso. (fl. 183).

Representação regular (fl. 118).

Deferimento de justiça gratuita pelo Tribunal de origem (fl. 122).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Em que pese a irresignação do recorrente, o apelo não merece conhecimento.

Em obra conjunta, Eduardo CAMBI, Rogéria DOTTI, Paulo Eduardo

Superior Tribunal de Justiça

d'Arce PINHEIRO, Sandro Gilbert MARTINS e Sandro Marcelo KOZIKOSKI ensinam que, *"por força do princípio da dialeticidade, se exige que o recorrente apresente os motivos específicos de seu inconformismo, declinando os fundamentos que demandam a anulação, reforma ou integração da decisão recorrida"*, razão pela qual, segundo os mesmos doutrinadores, *"há um ônus intrínseco a ser observado pelo recorrente, qual seja: a impugnação dos fundamentos da decisão judicial, sob pena de não conhecimento do recurso"* (Curso de processo civil completo. São Paulo: RT, 2017, p. 1470).

Também a consolidada jurisprudência do STJ assinala que, *"pelo princípio da dialeticidade, se impõe à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido"* (**AgInt no RMS 58.200/BA**, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, 1ª Turma, DJe 28/11/2018).

No caso ora examinado, o recorrente **não** logrou se desvencilhar de tal encargo, como a seguir se demonstrará.

O acórdão recorrido se erigiu, essencialmente, sobre dois fundamentos distintos:

i) *"o fato de não ter havido condenação não afasta a aplicabilidade do art. 17, § único, da Lei Estadual nº 427/81, pois a auditoria militar não descartou que os fatos apurados caracterizariam, em tese, crime tipificado no Código Penal Militar"* (fl. 58);

ii) *"Em consulta aos dados eletrônicos do Processo nº 0270386-25.2007.8.19.0001, referente à ação penal pública ajuizada pelo Ministério Público contra o ora impetrante perante a Auditoria Militar deste Estado, colhe-se a informação de que o mesmo fato infracional teria o condão de caracterizar crime militar de corrupção passiva, tipificado no art. 308 do CPM. Para esse tipo penal, considerando a pena máxima de oito anos de reclusão, o art. 125, inciso IV, do mesmo Código, atribui a prescrição de doze anos para a pretensão punitiva estatal"* (fls. 58/59).

Ora, as razões recursais, ao seu turno, limitam-se à alegação de que a Lei

Superior Tribunal de Justiça

Estadual não versa sobre a hipótese em que a infração administrativa também configura crime comum. *"Desse modo, deve ser aplicado o prazo prescricional de 06 anos previsto no caput do artigo 17 que, por sua vez, fluirá sem a incidência de qualquer marco interruptivo, tendo em vista a ausência de previsão de causas de interrupção da prescrição no referido diploma legal"* (fl. 114). Contudo, nada sinaliza que se oponha especificamente aos fundamentos do acórdão recorrido.

Nesse contexto, bem se vê o divórcio entre os fundamentos do aresto combatido e a linha argumentativa veiculada pela peça recursal, em claro desprestígio ao princípio da dialeticidade.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. BACHARELADO EM DIREITO. PREVISÃO APENAS EM REGRAMENTO EDITALÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTABELECIDO EM PRECEDENTE. REPERCUSSÃO GERAL. RE 600.855/RS. RAZÕES RECURSAIS. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

1. Entre a motivação utilizada como fundamento do julgamento e as razões do recurso que impugna tal decisão deve haver relação de congruência, de maneira a permitir que o órgão com competência recursal possa examinar a juridicidade da "ratio decidendi", pena de inobservância do ônus da dialeticidade.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 56.965/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 31/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o

Superior Tribunal de Justiça

ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido. 3.

Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.

4. Agravo desprovido.

(AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/11/2018)

Ademais, a articulação, somente nas razões recursais, de tese que não foi fundamento da impetração configura intolerável inovação recursal, impondo-se, também por isso, o não conhecimento do recurso ordinário. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. NOMEAÇÃO EM FACE DE APOSENTADORIA. POSTERIOR ANULAÇÃO E RENÚNCIA DO PEDIDO DE APOSENTADORIA. PERDA DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO DECORRENTE DE ATO ILEGAL. INOVAÇÃO RECURSAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

[...]

IV - É vedada, no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança, a apreciação de matéria não analisada pelo Tribunal de origem, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

V - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no RMS 49.543/MS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/03/2017)

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO. REQUISITOS. DEMONSTRAÇÃO INSUFICIENTE. PRETERIÇÃO NÃO COMPROVADA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO VERIFICADO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. O pedido de Promoção em Ressarcimento de Preterição por Absolvição em Processo Crime não pode ser conhecido no presente feito por se tratar de inovação recursal, visto que não foi postulado na via do mandado de segurança, tampouco foi objeto de debates pelo Tribunal local. A matéria já foi, sucessivas vezes, objeto de apreciação por ambas as Turmas do Direito Público do STJ no sentido de que a ampla devolutividade do recurso ordinário não pode ser levada ao extremo de permitir-se a livre discussão de questões que não foram objeto da inicial e sequer restaram enfrentadas pelo Tribunal de origem. Precedentes: RMS 41.477/GO, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/3/2014.

[...]

5. Recurso ordinário não provido.

(RMS 48.440/MA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/10/2016)

Em suma, quer pela falta de combate específico aos fundamentos do acórdão recorrido, irregularidade violadora do princípio da dialeticidade, quer pela inovação recursal, com articulação de nova tese não submetida à Corte de origem, o presente apelo não comporta conhecimento.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC, e 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator